



ATA N.º 42

29-05-2019

Aos vinte e nove dias do mês de maio de dois mil e dezanove, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Cuba, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara João Manuel Casaca Português, realizou-se a quadragésima segunda reunião ordinária deste Órgão Executivo, com a participação dos Senhores Vereadores Luís José de Brito Camacho Barriga, Francisco Xavier Candeias Fitas, Maria Jacinta Cardoso Grilo e Noémia Ermelinda Rocha Frágoso Ramos. -----

Participaram também nos trabalhos o Jurista - Chefe da Unidade de Apoio Jurídico, Desenvolvimento, Cultura e Sociedade, Vítor Manuel Parreira Fialho, a quem incumbe a função de prestar os esclarecimentos julgados necessários sobre os assuntos submetidos a deliberação e José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador Técnico da Câmara Municipal de Cuba, designado para secretariar as reuniões do órgão executivo. A reunião teve início às nove horas e trinta minutos, depois de todos os membros da Câmara terem tomado os seus lugares e se verificar existir quórum. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Cumprimento do disposto no art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----
(Em cada sessão ou reunião ordinária dos órgãos das autarquias locais é fixado um período de antes da ordem do dia, com a duração máxima de 60 minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico.

O Sr. Presidente da Câmara deixou a seguinte nota:

“Os vereadores do partido socialista manifestaram, na reunião de Câmara, do passado dia 02 de maio, preocupação com o momento que a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cuba atravessava, nomeadamente a suspensão da atividade a partir das 20h motivada pela falta de Bombeiros voluntários e que isso poderia colocar em causa o socorro à população. A verdade é que a situação foi rapidamente ultrapassada e o socorro às populações nunca esteve em causa e o papel da autarquia foi determinante na resolução do diferendo, contrariamente àquilo que os vereadores insinuaram.

Como é do conhecimento dos vereadores realizaram-se duas assembleias gerais de sócios para discutir o futuro da associação e não vi nenhum dos vereadores presentes na reunião. Também não vi ninguém do partido socialista com responsabilidades no concelho estar presente para discutir um assunto que sendo tão importante e urgente

para as populações, para o partido socialista não é importante, apenas utilizam o seu nome através das redes sociais, aliás a vereadora Jacinta, que se tinha comprometido a estar presente, não compareceu, o que é de lamentar.

Nessa reunião de Câmara fui questionado sobre as questões e problemas financeiros da associação, ontem à noite realizou-se uma assembleia geral onde foram apresentadas de forma minuciosa as contas da associação, infelizmente a sala estava praticamente vazia, e mais uma vez, não vi ninguém do partido socialista preocupado com as contas da AHBVC, mais uma vez, a vereadora Jacinta que é sócia não procurou saber o estado financeiro da associação apesar de se vir lamentar e constantemente utilizar o nome dos bombeiros nas redes sociais, pondo em causa o nome de todos os que compõem aquela associação, os órgãos sociais, e os próprios bombeiros.

No próximo dia 03 de Junho vai-se realizar uma assembleia geral eleitoral, espero que as pessoas ligadas ao partido socialista apareçam e contribuam para a resolução dos problemas reais daquela instituição, e que não andem constantemente a difamá-la para retirar dividendos políticos sem olhar a meios.

O Sr. Vereador Luís Barriga disse que os vereadores do PS não concordam com a análise que o Sr. Presidente fez, misturando questões partidárias com os problemas de uma associação que se quer o mais afastada possível dessas situações. Se nós não concordamos com a partidarização das instituições também não aceitamos que se diga que o PS não esteve presente nas Assembleias Gerais porque como tal não tinha nem deveria estar. As pessoas são livres de participar sejam de qualquer partido político ou até independentes e não devem ser criticadas por participarem ou não.

O Sr. Presidente deixou uma nota: O Vereador Barriga esta a esquecer-se das posições que o PS tomou na sua página de facebook concelhia sobre os assuntos relacionados com os Bombeiros, que por acaso tinha a ver com problemas existentes e críticas à Associação e ao papel da Câmara não fazendo aí qualquer distinção entre os dois. A verdade é que é fácil criticar mas depois na hora de contribuir para a resolução dos problemas não aparece ninguém: essa é que é a realidade. Aliás foi o próprio vereador que perguntou qual era a atual situação financeira da associação que foi apresentada ontem e que se tivesse interesse certamente no dia de hoje já saberia qual era o estado dela. Eu se estivesse aí no seu lugar era isso que faria.

O Sr. Vereador Barriga disse para concluir que ainda bem que somos diferentes e que só a título de informação aquilo que é colocado na página da concelhia do PS não é mais do que aquilo que já foi aqui abordado na reunião de Câmara, neste e nos demais assuntos que entendemos divulgar à população.

O Sr. Vereador Luís Barriga lembrou que ainda não lhe foi entregue a documentação solicitada sobre as horas extraordinárias dos funcionários.

O Sr. Presidente respondeu que irá averiguar o que se passou junto dos serviços e certamente a documentação será entregue na próxima reunião ou enviada por e-mail.

BALANCETE DE TESOUREARIA REFERENTE AO DIA 28 DE MAIO DE 2019: € 299 174,48.

ORDEM DO DIA:

1. CENÁRIOAGOSTO UNIPessoal, LDA. PEDIDO DE LICENÇAS ESPECIAIS DE RUÍDO.

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que deferiu, a pedido da empresa Cenárioagosto, Unipessoal, Lda, a emissão de licenças especiais de ruído para a realização de sessões de música ao vivo, na Adega da Lua, em Cuba, nas seguintes datas e horários:

17 a 18 de maio das 22,00 horas às 03,00 horas

18 a 19 de maio das 22,00 horas às 03,00 horas

24 a 25 de maio das 22,00 horas às 03,00 horas

25 a 26 de maio das 22,00 horas às 03,00 horas

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara.

2. MARIANA ALMEIDA FIALHO. DESISTÊNCIA DE CONSUMO DE ÁGUA.

Solicita a Sr.ª Mariana Almeida Fialho, arrendatária da habitação sita na Rua de Beja, n.º 14, em Cuba, a possibilidade de poder dar baixa do contrato de água efetuando o pagamento das taxas à posteriori dado que, de momento, não tem rendimentos que lhe permitam cumprir essa obrigação.

A Câmara, por unanimidade, atendendo à excecionalidade da situação e, por analogia aplicando os prazos da interrupção coerciva do fornecimento, deliberou estipular em 90

dias o prazo máximo para a requerente liquidar a tarifa correspondente à interrupção bem como as dividas resultantes do consumo. -----

3. LUÍS MIGUEL GIL. PEDIDO DE CERTIDÕES: DIREITO DE REVERSÃO E INFRAESTRUTURAS. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que deferiu, a pedido do Sr. Luís Miguel Gil a emissão de certidão comprovativa de que a Câmara não irá exercer o Direito de Reversão relativamente ao prédio sito no Rossio Novo da Bica, lote 5, em Cuba e certidão de Infraestruturas, nos termos do art.º 49.º n.º 2, do DL 555/99, de 16/12, na redação atual. -----

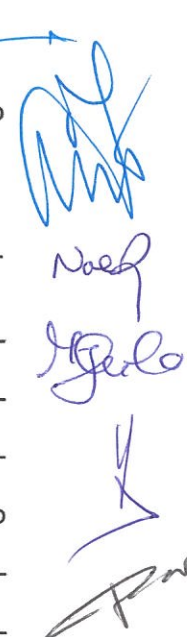
A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

4. CONCURSO PÚBLICO PARA CESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO BAR DAS PISCINAS MUNICIPAIS DESCOBERTAS, EM CUBA, PARA O TRIÉNIO 2019/2021. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente, de adjudicação da cessão de exploração do Bar das Piscinas Municipais Descobertas, para o triénio 2019/2021, a Sónia Cristina Nobre de Brito, Unipessoal, Lda, aposto no Relatório de Análise das Propostas, por ter sido a concorrente que apresentou a proposta mais vantajosa. -----

A urgência da decisão prende-se com o facto da data prevista para abertura da infraestrutura estar agendada para dia 25 de maio de 2019. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----



5. PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL PRESCRITOS: N.º (S) 499/04; 176/00; 444/06 E 203/04. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 45/2019, do SAJAI, através da qual é feita a análise jurídica dos processos de execução supra identificados. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou proceder de acordo com a proposta vertida na informação, designadamente, declarar prescritas as dívidas que o estão pelo decurso do prazo e, nas restantes situações, antes de partir para a penhora, notificar os executados para acordo amigável. -----

6. PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL N.º 358/03. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 47/2019, do SAJAI, através da qual é feita a análise jurídica do processo de execução supra identificado. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou proceder de acordo com a proposta vertida na informação, designadamente, declarar prescritas as dívidas que o estão pelo decurso do prazo e, nas restantes situações, antes de partir para a penhora, notificar o executado tentando um acordo amigável. -----

7. PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL N.º 148/07. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 46/2019, do SAJAI, através da qual é feita a análise jurídica do processo de execução supra identificado. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou proceder de acordo com a proposta vertida na informação, designadamente, declarar prescritas as dívidas que o estão pelo decurso do prazo e, nas restantes situações, antes de partir para a penhora, notificar o executado propondo um acordo amigável. -----

8. PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL N.º 275/06. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 41/2019, do SAJAI, através da qual é feita a análise jurídica do processo de execução supra identificado. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou proceder de acordo com a proposta vertida na informação, designadamente, declarar prescritas as dívidas que o estão pelo decurso do

prazo, anulando as certidões e, nas restantes situações, antes de partir para a penhora, notificar o executado propondo um acordo amigável. -----

9. PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL N.º 621/08. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 43/2019, do SAJAI, através da qual é feita a análise jurídica do processo de execução supra identificado. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou proceder de acordo com a proposta vertida na informação, designadamente, notificar o executado para proceder ao pagamento da quantia em dívida no prazo de 15 dias, sob pena de, não o fazendo, se partir para a penhora. -----

10. PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL N.º 721/08. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 42/2019, do SAJAI, através da qual é feita a análise jurídica do processo de execução supra identificado. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou proceder de acordo com a proposta vertida na informação, designadamente, declarar prescritas as dívidas que o estão pelo decurso do prazo, anulando as certidões e, nas restantes situações, antes de partir para a penhora, notificar o executado para, no prazo de 15 dias proceder ao pagamento da dívida acrescido de juros e custas. -----

11. PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL N.º 656/08. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 44/2019, do SAJAI, através da qual é feita a análise jurídica do processo de execução supra identificado. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou proceder de acordo com a proposta vertida na informação, designadamente, declarar prescrita a dívidas que o está pelo decurso do prazo, anulando a certidão de julho/2008 e, nas restantes situações, antes de partir para a penhora, notificar o executado para, no prazo de 15 dias proceder ao pagamento da dívida acrescido de juros e custas. -----

12. PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL N.º 35/2007. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 39/2019, do SAJAI, através da qual é feita a análise jurídica do processo de execução supra identificado. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou proceder de acordo com a proposta vertida na informação, designadamente, declarar prescrita a dívidas que o está pelo decurso do prazo, anulando a certidão de janeiro/2008 e, nas restantes situações, antes de partir para a penhora, notificar o executado para, no prazo de 15 dias proceder ao pagamento da dívida acrescido de juros e custas. -----

13. PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL N.º 736/2008. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 38/2019, do SAJAI através da qual é feita a análise jurídica do processo de execução supra identificado. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou proceder de acordo com a proposta vertida na informação, designadamente, notificar o executado para proceder ao pagamento da quantia em dívida no prazo de 15 dias, sob pena de, não o fazendo, se partir para a penhora. -----

14. PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL N.º 738/2008. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 37/2019, do SAJAI através da qual é feita a análise jurídica do processo de execução supra identificado -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou proceder de acordo com a proposta vertida na informação, designadamente, notificar o executado para proceder ao pagamento da quantia em dívida no prazo de 15 dias, sob pena de, não o fazendo, se partir para a penhora. -----

15. PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL N.º 111/07. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 40/2019, do SAJAI, através da qual é feita a análise jurídica do processo de execução supra identificado. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou proceder de acordo com a proposta vertida na informação, designadamente, declarar prescrita a dívidas que o está pelo decurso do

prazo, anulando a certidão de julho/2008 e, nas restantes situações, antes de partir para a penhora, notificar o executado para, no prazo de 15 dias proceder ao pagamento da dívida, acrescido de juros e custas. -----

16. JUNTA DE FREGUESIA DE FARO DO ALENTEJO. PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO E ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que autorizou, a pedido da Junta de Freguesia de Faro do Alentejo, a emissão de licença especial de ruído, para a realização de uma festa, no dia 24 de maio de 2019, a partir das 22,00 horas e até às 4,00 horas do dia seguinte, no Pavilhão Multiusos de Faro do Alentejo, bem como isentou em 50% a requerente do pagamento das taxas devidas, sendo que a organização é da Comissão de Festas e não da Junta de Freguesia -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

17. CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA. PEDIDO DE COLOCAÇÃO DE PENDÕES PARA DIVULGAÇÃO DA INICIATIVA “II NOITE BRANCA”. -----

Solicita a Câmara Municipal de Moura autorização para a colocação de pendões publicitários, a partir da última semana de maio, para divulgação da segunda edição da “Noite Branca”, que decorrerá naquela cidade no próximo dia 15 de junho de 2019. ---

De acordo com o disposto na alínea ee) do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara, no âmbito do planeamento e desenvolvimento “criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal” -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação n.º 73/2019 da Subunidade

Administrativa e de acordo com as competências que lhe são cometidas pelo disposto na alínea ee) do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou autorizar a colocação dos pendões chamando a atenção do requerente para a necessidade da sua remoção após a realização do evento. -----

18. CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO ALENTEJO. PEDIDO DE COLOCAÇÃO DE PENDÕES PUBLICITÁRIOS. -----

Solicita a Câmara Municipal de Viana do Alentejo autorização para a colocação de pendões publicitários, para divulgação dos seguintes eventos: Abana Viana – de 11/06 a 15/07; Feira do Chocalho – de 1 a 29/07; Feira de Aires – de 26/08 a 24/09 e Mostra de Doçaria – de 11/11 a 9/12. -----

De acordo com o disposto na alínea ee) do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara, no âmbito do planeamento e desenvolvimento “criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal” -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação n.º 72/2019 da Subunidade Administrativa e de acordo com as competências que lhe são cometidas pelo disposto na alínea ee) do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou autorizar a colocação dos pendões chamando a atenção do requerente para a necessidade da sua remoção após a realização dos eventos. -----

19. ASSUNÇÃO DE ENCARGOS PLURIANUAIS – CONTRATAÇÃO DE SEGUROS PELO PERÍODO DE 3 ANOS. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 59/2019, do SAJAI, enquadrando a temática em título e cujo conteúdo se transcreve: -----

“Termina no próximo dia 31/10/2019 o contrato de prestação de serviços de seguros celebrado com a Caravela – Companhia de Seguros, S.A., o que implica que, com a maior celeridade, seja aberto novo procedimento de contratação pública de forma que o novo contrato entre em vigor a partir de 01/11/2019. -----

Uma vez que se trata de um procedimento complexo e abrangente, relativamente ao qual não faz sentido a sua vigência por apenas um ano, é preferível a sua abertura pelo período temporal de 3 anos. -----

Da consulta efetuada ao mercado, que considerou uma cobertura mais extensa do que a atualmente existente, designadamente em virtude das novas admissões de pessoal e da abertura da Casa Fialho de Almeida ao público, resultou um preço base de € 195.000,00 (cento e noventa e cinco mil euros). -----

Estatui a alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, na sua redação atual, que a assunção de encargos plurianuais está sujeita a autorização da Assembleia Municipal. -----

Nesta conformidade, deve V. Exª, Sr. Presidente, no âmbito da v/ competência de estabelecimento e distribuição da ordem do dia das reuniões do órgão executivo, consignada na alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, remeter o presente assunto para que a Câmara Municipal delibere, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da supra identificada lei, propor à Assembleia Municipal a autorização para a assunção de encargos plurianuais para o procedimento para prestação de serviços de seguros, pelo período de 3 anos. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da supra identificada lei, propor à Assembleia Municipal autorização para a assunção de encargos plurianuais resultantes do procedimento que se pretende abrir para prestação de serviços de seguros. -----

20. ALTERAÇÃO Nº 3 AO ORÇAMENTO E GOP'S 2019". -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 17/2018, dos Serviços Financeiros, enquadrando dentro do enumerado no ponto 8.3.1.5 (notas sobre o processo orçamental e respetiva execução do Dec-Lei nº 54-A/ 99) a modificação ao orçamento e às GOP'S de 2019. Na alteração nº3, a nível da despesa foram dotadas rubricas da despesa, tais como: juros de leasing, locação de edifícios, encargos com a saúde. As restantes modificações da despesa ocorreram para fazer face a reforços relacionados com material de transporte-peças, transportes, seguros, deslocações e estadas, estudos, pareceres, projetos e consultadoria, locação de outros bens, seguros diversos, outros combustíveis, limpeza e higiene, material de escritório, locação de edifícios, locação de

material de transporte, deslocações e estadas, publicidade, prémios, condecorações e ofertas, comunicações, e aquisição de bens e serviços. A nível das despesas com o pessoal o reforço prendeu-se com encargos com a saúde, horas extraordinárias, seguros de acidentes pessoais, ajudas de custo, acertos de cabimentação (remuneração por doença, formação). -----

O Plano Plurianual de Investimentos sofreu modificações (reforços) nos seguintes projetos: -----

01 111 2002/2- O reforço ocorreu para fazer face à retificação de classificação (aquisição de cadeiras operativas); -----

01 111 2002/4- O reforço ocorreu para à aquisição de andaimes; -----

01 111 2007/6- O reforço ocorreu para fazer face a aquisição de licenças de software AEC; -----

02 211 2008/1 ação 1- O reforço ocorreu para fazer face à retificação de classificação(aquisição de um destruidor de folhas); -----

02 211 2018/7- O reforço ocorreu para fazer face à despesa com o obra da sala polivalente da escola de Faro do Alentejo; -----

02 245 2002/33- O reforço ocorreu para fazer face à reparação da viatura do lixo; -----

02 251 2002/41 ação 2- O reforço ocorreu para fazer face à retificação de classificação(aquisição de frigorífico mini -bar, aspirador, e máquina de café para o arquivo municipal); -----

02 252 2002/54- O reforço ocorreu para fazer face à aquisição de um trator de relva; --

As Atividades Mais Relevantes sofreram modificações(reforços) nos seguintes projetos:

01 111 2002/5007 ação 3- O reforço ocorreu para fazer face à despesa relacionada com o projeto; -----

01 111 2014/5010 ações 1 e 2-O reforço ocorreu p/ fazer face a cabimentação do procedimento de aquisição de serviços - AIRC; -----

01 111 2014/5013- O reforço ocorreu p/ fazer face a cabimentação do procedimento de aquisição de serviços-auditoria; -----

02 211 2004/5003 ação 1-O reforço ocorreu para fazer face à retificação de classificação (aquisição de consumíveis p/ ATL); -----

02 211 2007/5004 ação 9- O reforço ocorreu para fazer face à retificação de classificação (aquisição de tapete+ móvel p/ a CPCJ); -----

02 251 2002/5031 ações 3,5,6 e 8- O reforço ocorreu para fazer face à retificação de classificação(despesas diversas relacionadas com o projeto); -----

02 251 2009/5007 ações 1,3 e 5- O reforço ocorreu para fazer face à retificação de classificação(despesas diversas relacionadas com o projeto); -----

02 251 2015/5004, ação 6- O reforço ocorreu para fazer face à despesa relacionada com o protocolo com a associação " A Moda"; -----

02 251 2016/5001 ação 1- O reforço ocorreu para fazer face à retificação de classificação(aquisição de serviços diversos c/ iniciativas na biblioteca municipal); -----

02 251 2016/5002 ações 1 e 4- O reforço ocorreu para fazer face à retificação de classificação(aquisição de serviços diversos relacionadas com espetáculos); -----

02 251 2019/5012 ação 1- O reforço ocorreu para fazer face à retificação de classificação(aquisição de serviços diversos relacionadas com o projeto); -----

03 341 2002/5050 ações 2,e 7- O reforço ocorreu para fazer face à novos compromissos relacionados com o projeto; -----

03 342 2002/5052 ações 2,4 e 7- O reforço ocorreu para fazer face à retificação de classificação(despesas diversas de várias feiras) -----

A Câmara, por maioria, com a abstenção dos Vereadores do PS, deliberou aprovar a 3.ª Alteração ao Orçamento e GOP's para 2019. -----

21. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADA DO ANO DE 2018; -----

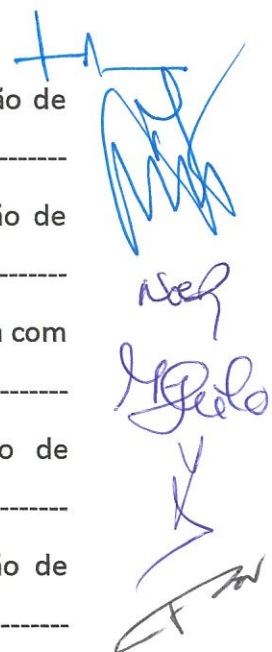
Foi presente à Câmara a Informação n.º 15/2019, dos Serviços Financeiros, enquadrando o assunto em título. -----

A Câmara, por maioria, com a abstenção dos Vereadores do PS, deliberou: -----

1. Aprovar os Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do ano de 2018, ao abrigo das competências que lhe são cometidas pela alínea i) do n.º 1 do art. 33.º da Lei n.º 75/13, de 12 de Setembro; -----

2. Remeter o referido documento para apreciação e votação pelo órgão deliberativo (Assembleia Municipal) conforme determina o atrás referido artigo 33.º e a alínea I) do n.º 2 do art.º 25.º da mesma lei durante o mês de junho; -----

3. Registrar que a apreciação e votação dos documentos pelo órgão deliberativo terá que ser efetuada durante o mês de Junho, de acordo com o enumerado no nº2 do artigo



76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro. -----

22. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONDICIONAMENTO DE TRÂNSITO NA VILA DE CUBA. -----

Solicita o serviço de Ação Cultural, Turismo e Património, do Município de Cuba, autorização para o corte de trânsito nas vias públicas da Vila de Cuba, daquela localidade - Rua dos Prazeres, Travessa Cândido dos Reis, Rua da Amoreira, Rua do Touril, Pátio do Fidalgo, Rua Formosa, Praça da República, Travessa das Francas, entre os dias 31 maio, 1 e 2 junho, e Rua Serpa Pinto entre o Largo Colon e a Praça 5 de Outubro entre as 19H e as 00.00H de dia 31 maio e 1 de junho – por ocasião da realização do evento “Feira do Cante e das Tradições”, que tem lugar nos próximos dias 31 maio e 1 e 2 junho.

A Câmara, por unanimidade, autorizou o corte do trânsito na vila de cuba, nas Ruas atrás referidas. -----

23. OPERAÇÃO POR MOÇAMBIQUE. DOAÇÃO DE MEDICAMENTOS. -----

Foi presente à Câmara, para conhecimento, o procedimento adiante referido, tendo em vista o apoio ao Povo de Moçambique na sequência da devastação causada pelo ciclone “Idai”. -----

Na sequência da deliberação tomada na Reunião de Câmara Ordinária de 03 de abril de 2019, foi determinado aprovar a proposta do Sr. Presidente, nomeadamente doar 1000,00€ (mil euros) em medicamentos para o povo de Moçambique, atormentado pela devastação causada pelo ciclone “Idai”.

Para operacionalizar esta medida, adquiriu-se produtos no valor mencionado anteriormente, na Farmácia da Misericórdia de Cuba, nomeadamente medicamentos variados, compressas, água oxigenada, betadine, soro fisiológico, que posteriormente irão ser entregues à Cruz Vermelha Portuguesa, no âmbito da Campanha Embondeiro – Operação por Moçambique.

A Câmara tomou conhecimento. -----

24. ELISABETE PÃO MOLE CORREIA. PEDIDO DE APOIOS SOCIAIS PARA ALIMENTAÇÃO.

Foi presente à Câmara o despacho do Senhor Presidente que deferiu, com base na Informação n.º 27/2019, do Serviço de Ação Social e Saúde, atendendo à situação

explanada, e ao facto da munícipe reunir os requisitos para poder ser apoiada no âmbito dos Apoios Sociais, nos termos do disposto na alínea v) n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, em articulação com o n.º 1 do art.º 14.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios Sociais, o pedido de apoio para alimentação no valor de € 50,00, formulado pela Sr.ª Elisabete Pão Mole Correia, sendo que, o Serviço Local da Segurança Social, em articulação com o SASS assumiu suportar a despesa com o gás. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

25. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE CUBA E A CÁRITAS DIOCESANA DE BEJA. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 29/2019 do SASS, acompanhando a proposta de protocolo de que se dá conta: -----

Face às respostas sociais que a Cáritas Diocesana de Beja desenvolve e tendo em conta as problemáticas com as quais o Serviço de Ação Social e Saúde do município trabalha diariamente, considera o mesmo relevante celebrar Protocolo de Colaboração entre a Câmara e a respetiva entidade para o ano de 2019. -----

Este protocolo tem como objetivo difundir o território de abrangência das respostas sociais da Cáritas Diocesana de Beja no Município de Cuba, de forma a suprir necessidades, aos níveis constantes no Protocolo que se remete em anexo. -----

Caso o Protocolo seja aprovado, será devidamente assinado pelas entidades intervenientes. -----

A Câmara, por unanimidade, no âmbito das competências que lhe são cometidas pelas alíneas g) e h) no nº 2 do art.º 23 e na alínea u) e v) do art.º 33, ambos da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, deliberou aprovar a minuta do Protocolo em anexo, que será posteriormente outorgado pelos representantes de ambas as Entidades.

Protocolo entre a Cáritas Diocesana de Beja e o Município de Cuba

Considerando que a Cáritas Diocesana de Beja:

1. Possui cinco (5) respostas sociais com abrangência territorial ao concelho de Cuba;
2. As respostas sociais abrangem diferentes públicos e problemáticas com as quais os serviços sociais do município trabalham diariamente, nomeadamente;

Comunidade Terapêutica “Horta Nova” para tratamento de pessoas do sexo masculino com dependências ativas de alcoolismo ou estupefacientes,

Comunidade de Inserção para acolhimento de pessoas em situação de grande vulnerabilidade social,

Centro Local de Apoio à Integração do Migrante para atendimento aos imigrantes, Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas como um instrumento de combate à pobreza e à exclusão social em Portugal e assenta numa lógica de intervenção mediante apoio alimentar

Serviço de Apoio Social Diocesano que se destina a apoiar pessoas ou famílias que se encontrem em situação de inesperada carência económica e social;

3. Pretende disseminar as suas valências de forma a dar cobertura social, resposta e desta forma suprir necessidades de alimentos, alojamento e tratamento a dependências, bem como no acolhimento e integração de migrantes, promovendo a integração e coesão social das pessoas;

4. Dispõe de equipas técnicas multidisciplinares e com atendimento itinerante que se podem deslocar ao concelho de Cuba;

Considerando as atribuições do Município, e às competências, em concreto, da Câmara Municipal, contidas nas alíneas g) e h) no nº 2 do art.º 23 e na alínea u) e v) do art.º 33, ambos da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

É estipulado e reciprocamente aceite o presente Protocolo, entre

1ª Outorgante: A Cáritas Diocesana de Beja, Instituição Particular de Solidariedade Social, com o número fiscal 500 918 449, com sede na rua Afonso Lopes Vieira, n.18 – 7800 – 273 Beja, representada por Isaurindo Oliveira, na qualidade de Presidente da Direção; e

2ª Outorgante: Município de Cuba, NIF: 500 832 935 com sede em Rua Serpa Pinto n.º 84, em Cuba, representada, neste ato, por João Português, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Cuba;

que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

(Finalidades)

O presente protocolo tem como finalidades:

1. Promover esforços concertados entre os 2 subscritores deste protocolo, na prestação de informação, divulgação e atendimento às pessoas em situação de vulnerabilidade social, disponibilizando a Cáritas Diocesana de Beja, abrangidos por este protocolo, os serviços que permitam suprir as necessidades dos residentes no concelho de Cuba.
2. Conhecer a realidade social da área de abrangência do concelho de Cuba, contribuindo para a elaboração do diagnóstico social do município e para o conhecimento da rede Cáritas;
3. Identificar, sinalizar, intervir e encaminhar para os serviços correspondentes os casos sociais do concelho de Cuba;
4. Promover as respostas e serviços da Cáritas Diocesana de Beja entre os parceiros envolvidos na rede social;
5. Articular, entre as entidades, esforços, diligências, trabalhos e ações conducentes à melhor referenciação e correspondente adequação dos serviços a prestar;
6. Promover a elaboração de um plano de voluntariado, tomando por base a missão de cada uma das entidades, o conhecimento dos seus colaboradores e as necessidades pressentidas na Cáritas Diocesana de Beja, de forma cobrir as necessidades de ambas as entidades.

Cláusula Segunda

(Beneficiários)

São considerados beneficiários deste protocolo, por um lado, as pessoas e famílias do concelho de Cuba em situação de grande vulnerabilidade social, e por outro, as entidades envolvidas neste protocolo, os técnicos que partilham conhecimento entre si e os parceiros da rede social do concelho de Cuba.

Cláusula Terceira

(Benefícios e Condições)

1. Os signatários do presente protocolo desenvolverão, em parceria, as finalidades previstas, de forma a mitigar os efeitos negativos da pobreza e exclusão social;
2. A Cáritas Diocesana de Beja, estabelecerá com o município de Cuba, as condições específicas de adequação e aplicação do voluntariado de apoio e suporte às suas diferentes necessidades, no âmbito daquelas que são as suas valências;

3. Ambas as entidades signatárias deste protocolo comprometem-se a divulgar pelos seus meios de promoção os serviços prestados;

4. O município de Cuba compromete-se a referenciar, no âmbito deste protocolo, junto de empresas do concelho, os objetivos do mesmo, de forma a incentivar boas práticas no quadro da responsabilidade social;

5. A Cáritas Diocesana de Beja e o município de Cuba acordam entre si a promoção da dignidade humana e o sigilo da intervenção realizada ao abrigo da legislação em vigor;

6. O município de Cuba, no âmbito das suas competências, meios técnicos e humanos, facultará o apoio necessário à materialização do presente protocolo;

Cláusula Quarta

(Prazo e Renovação)

O presente protocolo produz efeito a partir da data da sua assinatura e é válido pelo prazo de um ano, considerando-se renovado automaticamente pelo mesmo período, sempre que não for denunciado automaticamente por qualquer uma das partes, com a antecedência de, pelo menos, 30 (trinta) dias.

Feito em duplicado

Beja, de Abril de 2019

(1ª Outorgante) Cáritas Diocesana de Beja (Isaurindo Oliveira)

(2ª Outorgante) Município de Cuba (João Manuel Casaca Português)

26. ALUNOS DO 9.º ANO, DA ESCOLA EBI/JI FIALHO DE ALMEIDA. PEDIDO DE CEDÊNCIA DE ESPAÇO NA FEIRA LEADER. -----

Os alunos do 9.º ano, da Escola EBI/JI Fialho de Almeida, solicitam a possibilidade de cedência de um espaço na Feira Leader 2019. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou ceder o espaço no Lugar do Fidalgo a título gracioso. -----

27. CLÁUDIA COIMBRA. PEDIDO DE VISTORIA PARA AFERIÇÃO DA EXISTÊNCIA DE CONSTRUÇÕES ANTIGAS. HORTA DA SILVEIRA – ART.º 3, SECÇÃO B – VILA RUIVA. -----

Vem a requerente informar da aquisição do imóvel rústico acima identificado, e solicitar a deslocação ao local dos técnicos da autarquia, no sentido de aferir a existência de

construções no referido prédio e calcular a respetiva data de construção; -----

No local constatámos efetivamente a existência de uma horta com pomar e várias construções de natureza habitacional e de alguns anexos, bem como de algumas estruturas de armazenamento e captação de água antigas; -----

A secção cadastral anexa que faz parte do CGPR, do anterior IGC (a partir dos anos 30 do séc. XX), representa dentro do limite do prédio rústico, algumas construções que foi possível identificar no local; -----

Relativamente às construções existentes foi possível identificar duas habitações em taipa e adobe e outras estruturas anexas que fazem uso das mesmas técnicas construtivas e que se encontram em mau estado de conservação. Não obstante o referido, e sendo impossível datar com rigor as construções existentes, presume-se que tenham algumas décadas, sendo certo que já constavam do levantamento feito aquando da realização do cadastro rústico da propriedade; -----

Na sequência da comunicação recebida no dia 29.04.2019, sendo intenção da proprietária reabilitar as construções para efeitos de implementação de projecto de turismo es espaço rural (TER), importa referir que o PDM em vigor dispõe no artigo 60.º do regulamento que *nestas áreas poderão ser criados, nos termos da legislação em vigor, e em conformidade com o n.º 2 do presente artigo, Empreendimentos Turísticos Isolados (ETI)*; -----

Estes empreendimentos deverão, de preferência, apoiar-se em construções já existentes, de forma a contribuir para recuperar e valorizar o património arquitetónico rural em que é rico o concelho de Cuba; -----

Empreendimentos Turísticos Isolados (ETI): -----

i) *São admitidos os seguintes tipos de empreendimentos turísticos*: -----

Estabelecimentos Hoteleiros associados a temáticas específicas (saúde, desporto, atividades cinegéticas, da natureza, educativas, culturais, sociais, etc.); Empreendimentos de TER; Empreendimentos de turismo de habitação; Parques de Campismo e de Caravanismo e empreendimentos de turismo da natureza nas tipologias previstas na presente norma; -----

ii) *Os edifícios não podem ter mais que dois pisos acima da cota de soleira*; -----

Por outro lado importa ainda relevar a intenção que o proprietário manifesta, de promover projecto de turismo rural no local, valorizando o património natural e edificado exis-

tentes, e potenciando uma actividade geradora de forte desenvolvimento económico, social e cultural. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou dar conhecimento do auto de vistoria devendo a requerente proceder de acordo com a informação vertida no referido auto. -----

28. NATÁLIA DE JESUS NEVES PARREIRINHA. ENQUADRAMENTO EM PDM. ARRANQUE DE 44 OLIVEIRAS NO PRÉDIO ART.º 224, DA SECÇÃO I, EM CUBA. -----

Vem a requerente solicitar a emissão de certidão de enquadramento em PDM, relativa ao arranque de 44 oliveiras para plantação de novo olival, a levar a cabo no prédio acima identificado; -----

Do respetivo enquadramento em PDM, de acordo com a Planta de Ordenamento, verifica-se estar o local inserido em *Áreas com Aptidão Agrícola Dominante*; -----

De acordo com a Planta de Condicionantes do mesmo plano, assinala-se interferência com solos de RAN (Reserva Agrícola Nacional) na totalidade do prédio; -----

Ao tratar-se de uma ação agrícola, não havendo obras de edificação, e sem prejuízo da legislação específica, julgamos haver enquadramento no art.º 86º do regulamento do PDM; -----

Deverá ainda a requerente diligenciar junto da Direção Regional de Agricultura, a obtenção da respetiva autorização, nos termos do Decreto-Lei n.º 120/86 de 28 de Maio; -----

No que respeita aos achados arqueológicos que eventualmente possam a vir a ser encontrados, deverá o promotor, dar conhecimento dos mesmos no prazo de quarenta e oito horas à administração do património cultural competente ou à autoridade policial, que assegurará a guarda desses testemunhos e de imediato informará aquela, a fim de serem tomadas as providências convenientes (Artigo 78.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, com as alterações posteriores). Ainda e nos termos da comunicação n.º 857/DSBC/2018 emanada da Direção Regional de Cultura do Alentejo (DRCALEN), à semelhança do já acontece com outros municípios, deve o presente pedido ser remetido à DRCALEN para emissão de parecer. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou emitir a certidão de acordo com a informação técnica. -----

OBRAS - COMUNICAÇÃO PRÉVIA -----

29. ALEXANDRE MANUEL DUARTE BATISTA. PROCESSO N.º 11/2019. CONSTRUÇÃO DE ARMAZÉM. PARQUE EMPRESARIAL QUINTA DA GRACIOSA, LOTE 16, EM CUBA. -----

Foi proferido despacho de aceitação da presente comunicação prévia, em 20 de maio de 2019, nos termos do art.º 34.º do RJUE na redação atual do Dec-Lei n.º 134/2014, de 9 de setembro. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

OBRAS - PROJETO DE ARQUITETURA. -----

30. ANA LÚCIA BATISTA MADEIRA SOTA. PROCESSO N.º 16/2018. CONSTRUÇÃO DE MORADIA. RUA MICHEL GIACOMETTI LOTE 6, EM CUBA. -----

Vem a requerente submeter a apreciação, o projeto de arquitetura da obra de construção de habitação no prédio acima identificado. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação 16/2018, do Serviço de Urbanismo, deliberou aprovar o projeto de arquitetura e notificar a requerente, para, de acordo com o disposto no n.º 4, do art.º 20.º, do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na redação atual do Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de setembro, apresentar no prazo de 6 meses, a contar da data de notificação da Câmara Municipal, os projetos das especialidades constantes da informação. -----

31. MARIA AMÉLIA CORREIA LANÇA XERÊS. PROCESSO N.º 13/2019. CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO. RUA 1.º DE MAIO, EM CUBA. -----

Vem a requerente submeter a apreciação, o projeto de arquitetura da obra de construção de habitação no prédio acima identificado. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação 13/2018, do Serviço de Urbanismo, deliberou aprovar o projeto de arquitetura e notificar a requerente, para, de acordo com o disposto no n.º 4, do art.º 20.º, do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na redação atual do Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de setembro, apresentar no prazo de 6 meses, a contar da data de notificação da Câmara Municipal, os projetos

das especialidades constantes da informação. -----

DELIBERAÇÃO FINAL SOBRE O PEDIDO DE LICENCIAMENTO. -----

32. CÉLIA DO CARMO BALEIZÃO CHAMORRO ESCRIVENTE - PROCESSO N.º 30/2018 - REMODELAÇÃO DE HABITAÇÃO - ROSSIO DE S. VICENTE, S/Nº, EM CUBA. -----

Vem a requerente requer a aprovação do licenciamento da obra de remodelação de uma moradia em zona de expansão recente (ZER), na vila de Cuba de acordo com o Plano de Urbanização (PUC), no Rossio de São Vicente. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na informação técnica, ao abrigo do n.º 4, do art.º 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, deliberou aprovar o licenciamento fixando em 12 meses o prazo para execução dos trabalhos conforme calendarização apresentada. -----

33. MANUEL LUÍS RAMIRES RAMOS. PROCESSO N.º 3/2019. CONSTRUÇÃO DE ANEXO. RUA NOVA, N.º 18, EM FARO DO ALENTEJO. -----

Vem o requerente requer a aprovação do licenciamento da obra de construção de anexo no prédio acima identificado -----

A Câmara, por unanimidade, com base na informação técnica, ao abrigo do n.º 4, do art.º 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, deliberou aprovar o licenciamento fixando em 6 meses o prazo para execução dos trabalhos conforme calendarização apresentada. -----

PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO. -----

Cumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 49.º Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro: ---

"2 - Os órgãos executivos das autarquias locais realizam, pelo menos, uma reunião pública mensal, aplicando-se, com as devidas adaptações, o disposto na parte final do número anterior". -----

Não se registaram intervenções. -----

Aprovação da ata: -----

Em conformidade com o art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para constar lavrou-se a presente ata que foi aprovada, em minuta, por unanimidade, depois de lida em voz alta na presença dos membros da Câmara, que a rubricaram. -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas 12h10m. -----

E eu, José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador técnico da Câmara Municipal de Cuba, designado para secretariar as reuniões do órgão executivo redigi a presente ata, que assino com o Senhor Presidente.

O Presidente da Câmara,



O Coordenador Técnico,



Noel

João

